



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 11 de fevereiro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whalassy de Oliveira Barros, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausentes: Raymara Carvalho Lima Cruz e Renata Sousa Nascimento. Verificado quórum regimental, o vereador João Ferreira da Gama Júnior procedeu à leitura dos versículos de 1 a 6 do capítulo 37 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 3ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Rubem Lopes Lima solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que incluía o Ofício nº 011/2025, de 10 de fevereiro, da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que justificava sua ausência nas sessões dos dias 11 e 12 do mês corrente, em virtude do cumprimento de agenda na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - Alema; e o Ofício nº 004/2025, de 11 de fevereiro, do técnico legislativo Kayro Lima Ferreira Sousa, que solicitava aos parlamentares a definição dos ocupantes dos cargos das Comissões Permanentes, tendo em vista a necessidade de deliberação sobre as matérias encaminhadas no curso das atividades legislativas. Neste íterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, justificou a ausência da vereadora Renata Sousa Nascimento, que representava a Câmara Municipal em reunião da Defensoria Geral do Estado do Maranhão, por meio da 1ª Subdefensoria Geral, com representantes da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de 15 Indicações: nº 8/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da pavimentação asfáltica e instalação de rede de esgoto na Rua Bom Jesus, no Bairro Boca da Mata; nº 22/2025, de autoria do vereador Whalassy Oliveira ao Prefeito Municipal e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da execução de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

operação tapa-buracos e recuperação asfáltica no cruzamento da Rua Goiás com a Rua Hermes da Fonseca, no Bairro Maranhão Novo; nº 27/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da construção de Unidade Básica de Saúde - UBS no Povoado São Félix, na Estrada do Arroz; nº 31/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da recuperação da pavimentação asfáltica no trecho da Rua São José compreendido entre as Ruas da Assembleia e Duque de Caxias, na Vila Lobão; nº 39/2025, de autoria do vereador Adriano Lima Brito, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao Secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da recuperação da camada asfáltica do trecho da Rua Simplício Moreira compreendido entre as Ruas João Pessoa e Tamandaré, no Bairro Bacuri; nº 48/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Marcelino Tavares de Moraes, da execução de recapeamento e operação tapa-buracos nas Ruas Duque de Caxias e Rio Branco, no Bairro Bacuri; nº 51/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao deputado federal, Josivaldo dos Santos Melo (JP), do bloqueamento, com drenagem, meios-fios e sarjetas, da Rua Campinas, no Parque Alvorada I; nº 55/2025, de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da tomada de providências urgentes de recuperação e recapeamento das vias públicas, instalação e manutenção da rede de esgoto e implantação de um sistema de drenagem eficiente, dentre outras providências, no Povoado Km 1700, às margens da Rodovia BR-010; nº 70/2025, de autoria da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da instalação, em São Luís - MA, de casa de apoio municipal aos pacientes usuários do programa Tratamento Fora de Domicílio - TFD; nº 17/2025, de autoria do vereador Mesaac Cirqueira Santiago, ao prefeito municipal e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, da pavimentação asfáltica da Rua Raimundo de Moraes, no Bairro Santa Rita; nº 46/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário estadual de Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Marcelino Tavares de Moraes, da construção de ponte de concreto no cruzamento da Rua Tupinambá com a Rua da Paz, no Bairro da Caema; nº 82/2025, de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da recuperação e pavimentação asfáltica da Av. Tropical Norte, no Jardim Tropical; nº 103/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da firmação de parceria para o recapeamento asfáltico da Av. do Parque, no Residencial Verona, em virtude da dificuldade de trafegabilidade nessa via pública. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, que lamentou os transtornos com que se defrontavam os moradores da Rua Bom Jesus, no Bairro Boca da Mata, por consequência do estado de precariedade em que se encontrava essa via pública, onde se fazia urgente a execução de obra de pavimentação asfáltica e instalação de rede de esgoto. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whalassy de Oliveira Barros e Adriano Lima Brito. Como ninguém mais se pronunciou, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação nº 8/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do edil Whalassy de Oliveira Barros, que contou que a proposição atendia a reivindicações de moradores do cruzamento da Rua Goiás com a Rua Hermes da Fonseca, no Bairro Maranhão Novo, os quais reclamavam a realização de operação tapa-buracos e recuperação asfáltica no local. Ao fazerem uso da palavra, os edis Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Adriano Lima Brito, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, João Ferreira da Gama Júnior, Alcemir da Conceição Costa, Rosângela Aparecida Barros Curado e Francisco Messias da Silva solicitaram permissão para subscrever a matéria. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação nº 22/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que, ao se dirigir à Tribuna Vereador Freitas Filho, assinalou a carência de Unidade Básica de Saúde - UBS no Povoado São Félix, na Estrada do Arroz. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Jorgiana Pinheiro Sousa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Adriano Lima Brito, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Mesaac Cirqueira Santiago e Rosângela Aparecida Barros Curado. Nessa ocasião, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado observou que a instalação de UBS deveria observar critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde quanto às dimensões da sede física e às condições de trabalho, a propósito do que o autor da matéria em discussão, Francisco Messias da Silva, informou que no Povoado São Félix havia terreno do Município com extensão condizente com os requisitos do Ministério da Saúde. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação nº 27/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que frisou que era urgente a necessidade da execução de obra de recuperação da pavimentação asfáltica no trecho da Rua São José compreendido entre as Ruas da Assembleia e Duque de Caxias, na Vila Lobão. Ao fazerem uso da palavra, os edis Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ===== solicitaram permissão para subscrever a matéria. Como ninguém mais se manifestasse, o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a Indicação Nº 31/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Adriano Lima Brito, que destacou que a Rua Simplício Moreira era uma das principais vias públicas do Bairro Bacuri, na qual era preciso a execução de obra de recuperação da camada asfáltica no trecho compreendido entre as Ruas João Pessoa e Tamandaré. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a Indicação Nº 39/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Neste ínterim, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, comunicou que, em virtude da ausência do autor, Rubem Lopes Lima, ficava suspensa a apreciação da Indicação Nº 41/2025 [da revitalização da pavimentação asfáltica da Rua C, em toda a sua extensão, no Bairro Conjunto Vitória]. Logo depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que ressaltou a necessidade da execução de obra de recapeamento e de operação tapa-buracos nas Ruas Duque de Caxias e Rio Branco, no Bairro Bacuri. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Adhemar Alves de Freitas Júnior, Adriano Lima Brito, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Jhony dos Santos Silva e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 48/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, comentou que, embora houvesse sido realizada, em atenção a proposição de sua autoria, obra de pavimentação em blocos de concreto das Ruas João Lima, Venezuela e Coelho Neto, além da Rua Itaúna, já pela metade, e da Rua Coelho Neto, em fase de conclusão, permanecia a necessidade do bloqueamento (com drenagem, meios-fios e sarjetas) da Rua Campinas, no Parque Alvorada I. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Whelberson Lima Brandão e Francisco Messias da Silva. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 51/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, que enfatizou a urgência da necessidade da adoção de providências no Povoado Km 1700, às margens da Rodovia BR-010, na Zona Rural, onde eram precárias as condições de conservação das vias públicas, que requeriam serviços de recuperação e recapeamento, além da instalação e manutenção da rede de esgoto e implantação de sistema de drenagem eficiente, dentre outras medidas. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Jorgiana Pinheiro Sousa e Francisco Messias da Silva. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 55/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, que comentou que, em virtude de deficiências no sistema de assistência pública à saúde em Imperatriz, sobretudo em especialidades na área da alta complexidade,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

diversos pacientes de Imperatriz buscavam tratamento em São Luís, tais como pacientes com câncer ósseo e idosos cardíacos crônicos e crianças que precisavam de laudo de intolerância à lactose de gastropediatra, de forma que se fazia necessária a instalação de casa de apoio municipal em São Luís - MA, a exemplo do que faziam vários outros municípios, tais como Açailândia, Caxias e Grajaú, para abrigar cerca de quatrocentos pacientes e acompanhantes que faziam o Tratamento Fora de Domicílio - TFD na Capital, onde muitas vezes ficavam expostos a condições desfavoráveis inclusive após procedimentos terapêuticos, o que implicava a necessidade também de transporte. A esse respeito, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado acrescentou que boa parte das consultas especializadas eram feitas na parte da cidade velha, de forma que a instalação de uma casa de apoio nas mediações dessa área da Capital seria muito oportuno, porque os pacientes não precisariam fazer um deslocamento mais longo. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Elias Ferreira de Holanda Júnior, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, João Ferreira da Gama Júnior, Whalassy de Oliveira Barros, Mesaac Cirqueira Santiago, Jorgiana Pinheiro Sousa, Francisco Messias da Silva, Alcemir da Conceição Costa, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e Rubem Lopes Lima. Nessa ocasião, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior relatou que, como médico servidor público do Município e especialista em ortopedia, preenchia formulários do TFD semanalmente para o encaminhamento de pacientes submetidos a cirurgias ortopédicas, a propósito do que observou que, apesar de Imperatriz contar com diversos médicos de excelência, aptos a atender a essa demanda localmente, o envio de pacientes para tratamento fora do município ainda era prática recorrente. Logo depois, lembrou que municípios como Balsas e Açailândia já possuíam casas de apoio destinadas aos pacientes do TFD e ponderou que Imperatriz não poderia ficar sem uma estrutura semelhante, embora considerasse que, como os gastos com o TFD ultrapassavam 680 mil reais, esse valor poderia ser revertido para fortalecer a estrutura local de atendimento, permitindo que os tratamentos fossem realizados no próprio município, momento em que questionou quem não preferiria receber atendimento médico em sua cidade, enfatizando que essa opção beneficiaria tanto os pacientes quanto seus acompanhantes, garantindo melhor qualidade no tratamento. Nesse sentido, o edil Elias Ferreira de Holanda Júnior reiterou que Imperatriz já se consolidava como cidade grande e dotada de profissionais qualificados em diversas especialidades médicas, após o que reforçou a ponderação de que a permanência do paciente em seu município de origem proporcionaria maior conforto e assistência por parte dos familiares. Por fim, concluiu afirmando que, na condição de médico e conhecedor da realidade da saúde pública, posicionava-se como apoiador da iniciativa da colega Rosângela Aparecida Barros Curado. Ao voltar a fazer uso da palavra, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado disse compreender que a demanda por algumas especialidades médicas poderia ser atendida no próprio município, evitando a necessidade de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, a exemplo da gastropediatria, destacando que mais de 100 crianças necessitavam se deslocar até São Luís para obtenção de laudos fundamentais para o acesso a leites reivindicados por meio de ordem judicial. A seguir, reconheceu a validade dos argumentos apresentados pelo colega Elias Ferreira de Holanda Júnior, servidor



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

concurado do município e prestador de serviços na região, que mencionara a grande quantidade de laudos do TFD que preenchia, após o que lembrou que Imperatriz já oferecera atendimento na área da ortopedia de alta complexidade, tendo, inclusive, sediado o INTO [Instituto de Trauma e Ortopedia], momento em que, em memória do ortopedista “Dr. Vitório”, recordou que fora este a instalar o INTO na cidade, mas, no presente, a habilitação para alta complexidade já não existia, de modo que o teto financeiro da cidade nesse setor se encontrava alocado para São Luís. Nessa perspectiva, argumentou que era fundamental acreditar no processo de reconstrução da saúde municipal, de modo que a cidade pudesse retomar sua estrutura para atender a alta complexidade, haja vista a existência de profissionais qualificados para tal. No entanto, advertiu que a transferência do teto financeiro de São Luís para Imperatriz exigiria, primeiramente, a reestruturação dos serviços especializados, a realização de uma série histórica de seis meses de informações e, posteriormente, a formulação de um pleito do retorno dos recursos anteriormente deslocados para a capital. A esse respeito, observou que a interrupção dos serviços de alta complexidade resultara não apenas na cessação dos atendimentos, mas também na ausência de registros no sistema, o que impedia a continuidade do serviço na cidade. Instantes depois, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado reiterou a importância da retomada dos serviços pelos profissionais habilitados da região, enfatizando que a questão não se limitava apenas à ortopedia e que outras patologias também careciam de habilitação no Município, como a oncologia e a cardiologia, o que obrigava pacientes a buscarem tratamento fora. A seguir, destacou que, mensalmente, cerca de 400 pessoas [pacientes e acompanhantes] necessitavam do TFD, sendo entre 170 e 180 pacientes, após o que reconheceu a necessidade da redução do número de pacientes enviados para TFD, mas pontuou que tal diminuição dependeria da reinstalação dos serviços anteriormente desativados. Por fim, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado finalizou manifestando sua crença no processo de reconstrução da gestão municipal da saúde, ressaltando a existência de profissionais capacitados para a retomada dessas especialidades. Nessa oportunidade, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho acrescentou a necessidade de elevação do valor e regularização do pagamento da ajuda de custo fornecida pela Prefeitura aos pacientes do TFD, a qual chegava a atrasar por doze meses. Ao se manifestar, o edil Alcemir Conceição Costa destacou a relevância do tema em discussão e relatou sua experiência pessoal ao auxiliar amiga, “Edna”, que realizava tratamento contra o câncer em São Luís, momento em que apontou a precariedade da assistência oferecida aos pacientes de Imperatriz naquela cidade, momento em que frisou que tais pacientes não deveriam depender da benevolência de prefeitos e políticos de outros municípios para conseguir alojamento. Em seguida, aprovou o posicionamento do colega Elias Ferreira de Holanda Júnior quanto à necessidade de Imperatriz abrir novos serviços de saúde, argumentou que o município não possuía habilitação para todas as especialidades e que, apesar das constantes queixas sobre a superlotação do “Socorrão”, a população frequentemente exigia que o hospital atendesse a todas as demandas. Instantes depois, o edil Alcemir da Conceição Costa ressaltou que o Ministério da Saúde distribuía os serviços de maneira segmentada e que era essencial compreender as



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

pactuações do município para evitar a sobrecarga dos recursos locais, após o que chamou a atenção para o impacto da assistência prestada a pacientes de outros municípios, ponderando que os imperatrizenses eram obrigados a dividir leitos e UTIs com pacientes de fora. Nessa perspectiva, apontou a necessidade da ampliação dos serviços do Hospital Macrorregional Dr^a Ruth Noleto e a conclusão do “Socorrão 2”, questionou a capacidade do município de atender integralmente aos casos oncológicos e enfatizou que Imperatriz não apenas era a segunda maior cidade do Maranhão, mas também a principal referência do Sul do Estado, atendendo a mais de 100 municípios. A seguir, afirmou não responsabilizar integralmente a gestão municipal, representada pelo prefeito e pelo secretário de Saúde, pela ausência de determinados serviços, pois competia ao governo estadual garantir sua implementação, após o que enfatizou o caráter tripartite da saúde pública, envolvendo o município, o Estado e a União, e reforçou a necessidade de os vereadores compreenderem essa divisão de responsabilidades. A seguir, abordou a questão do pagamento do TFD, ressaltando que, caso o governo estadual habilitasse mais serviços em Imperatriz, o Município não teria que arcar com os custos de deslocamento dos pacientes, após o que mencionou sua experiência na gestão da Secretaria Municipal de Saúde, período em que implantou um serviço de cirurgia pediátrica eletiva, quando realizara 178 procedimentos, ainda que Imperatriz não fosse habilitada para tal, momento em que lamentou o encerramento do serviço após sua saída da pasta, o que atribuiu à ausência de repasses financeiros e solicitou ao governo estadual a reabertura do serviço, citando a urgência de procedimentos como a cirurgia de fimose infantil. Por fim, o vereador Alcemir da Conceição Costa parabenizou a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado pela iniciativa da proposição em Pauta e reforçou a necessidade de melhorias na assistência em saúde no município. Logo depois, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa ressaltou a necessidade de atenção à saúde da população de Imperatriz e região, declarou que não se poderia ignorar a realidade dos hospitais locais, uma vez que o “Socorrão” [Hospital Municipal de Saúde - HMI] atendia não apenas os moradores do município, mas também os de cidades vizinhas. Nesta oportunidade, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa comentou que as demandas de assistência pública à saúde pareciam recair unicamente sobre os vereadores, após o que recordou sua trajetória na Câmara desde 2012 e comentou sobre a constante cobrança enfrentada pelos parlamentares locais, a propósito do que opinou que as demandas de saúde pareciam ser atribuídas exclusivamente aos vereadores de Imperatriz, quando, na realidade, deveriam ser divididas com representantes de outras esferas do poder público, a propósito do que citou os senadores maranhenses, incluindo-se Elisiane Pereira Gama Melo, Weverton Rocha [Marques de Sousa] e Ana Paula Dias Lobato Nova Alves, e questionou a participação destes na resolução dos problemas de saúde da cidade. Prosseguindo, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa enfatizou a necessidade de ampliação do número de leitos de UTI [Unidade de Terapia Intensiva] na cidade, contou que os 21 vereadores, especialmente a vereadora Terezinha de Oliveira Santos, eram diariamente abordados por cidadãos que necessitavam urgentemente de vagas em UTI para seus familiares, comentou que recebia constantemente ligações de munícipes relatando situações de risco de vida e lamentou que, muitas vezes,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

não fosse possível atender a todos. Ao ensejo, reforçou a importância da atuação dos senadores e demais agentes políticos na busca por soluções para a saúde de Imperatriz, defendeu que esses representantes deveriam atuar no envio de emendas e recursos para ampliar a oferta de leitos de UTI no município, manifestou preocupação quanto à distribuição atual de UTIs, mencionando a existência de 30 leitos adultos e, possivelmente, 10 infantis, momento em que ressaltou que não tinha conhecimento exato sobre o funcionamento desses serviços, de forma que se seu telefone tocasse não saberia se poderia atender a família que porventura lhe solicitasse socorro. Por fim, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa reiterou a necessidade de que os políticos que ocupavam cargos em Brasília e no Executivo Estadual demonstrassem sensibilidade em relação às dificuldades enfrentadas pela população de Imperatriz, frisou que os vereadores cumpriam seu papel ao cobrar melhorias para o setor de saúde e relatou situações em que famílias voltavam a contatá-lo informando sobre o falecimento de seus entes queridos devido à falta de leitos, após o que lembrou que parte das emendas parlamentares deveria ser destinada à saúde, especialmente para a ampliação dos leitos de UTI, pois a vida era o bem mais precioso. Nesta ocasião, em questão de ordem, ao se referir às declarações dos colegas Alcemir Conceição Costa e Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado admitiu que a assistência à saúde era tripartite, financiada pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal, a propósito do que enfatizou a necessidade de uma repactuação dos serviços de saúde para melhor distribuir as responsabilidades entre as instâncias governamentais. A seguir, observou que o município contava com profissionais concursados em diversas especialidades, como ginecologia, ortopedia e cirurgia pediátrica, mas que era fundamental definir claramente quais serviços cada ente federativo deveria assumir, momento em que citou o exemplo de oito ginecologistas e treze ortopedistas concursados, além da existência de um cirurgião pediátrico de excelência, “Dr. Pablo”, e destacou, ainda, que a médica “Maria do Carmo”, anteriormente atuante na área, já não realizava cirurgias, após os 70 anos, de modo que se fazia necessária melhor organização, o que permitiria que esses profissionais realizassem maior quantitativo de cirurgias e atendimentos conforme suas atribuições. Na sequência, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado ressaltou a importância do apoio parlamentar na destinação de recursos para a saúde municipal, momento em que citou o senador Weverton Rocha [Marques de Sousa] como um dos responsáveis pela viabilização do Hospital do Amor, unidade que visitara e elogiara pela estrutura e funcionamento, momento em que frisou que a manutenção desse hospital representava custo anual de aproximadamente oito milhões de reais, sendo financiado exclusivamente por emendas parlamentares, sem recursos do governo estadual ou federal, valor que, dividido por doze, resultava em custeio mensal em torno de 75 mil reais, demonstrando a necessidade de apoio contínuo. A seguir, a vereadora destacou que a implementação de novos serviços de saúde, como leitos de UTI e cirurgias pediátricas, exigia não apenas infraestrutura, mas também financiamento contínuo para sua manutenção, após o que argumentou que a demora nos repasses do Ministério da Saúde, que poderiam levar de seis a dez meses para serem efetivados, reforçava a necessidade de emendas parlamentares destinadas ao custeio desses



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

serviços. Por fim, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado enfatizou que as discussões em plenário eram fundamentais para esclarecer e aprofundar questões críticas da saúde pública municipal, reafirmou seu compromisso, como membro da Comissão de Saúde, em acompanhar de perto essas demandas e cobrou maior participação dos parlamentares estaduais e federais na busca por soluções que beneficiassem diretamente a população de Imperatriz. Em nova intervenção, ao se referir à fala da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa reconheceu a experiência desta na área da saúde e ressaltou que o objetivo dos vereadores deveria ser o de oferecer uma resposta efetiva à sociedade, sem demagogia, após o que frisou que a transparência na destinação de recursos era essencial e que a atuação dos parlamentares deveria refletir o compromisso com a população de Imperatriz. Em seguida, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa sugeriu convite aos deputados federais que haviam sido eleitos com votos da região para prestarem esclarecimentos na Câmara Municipal sobre as emendas parlamentares que haviam destinado à cidade, a exemplo dos deputados federais Cleber Verde Cordeiro Mendes e Pedro Lucas Andrade Fernandes Ribeiro, enfatizando que, por serem bem votados em Imperatriz, deveriam ter participação ativa no desenvolvimento da cidade, a propósito do que argumentou que a segunda maior cidade do Maranhão precisava ser devidamente contemplada com investimentos proporcionais à sua relevância no cenário estadual. Logo depois, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa reforçou que os recursos destinados à cidade deveriam ser utilizados de forma transparente e eficiente, processo em que a Câmara Municipal deveria desempenhar seu papel de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas, após o que mencionou a intenção da realização de sessões itinerantes nos bairros como ferramenta de aproximação entre a população e o Legislativo, com vistas a garantir que os investimentos fossem direcionados às reais necessidades da comunidade. A seguir, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa enfatizou que o debate público não dizia respeito apenas à infraestrutura, mas principalmente à saúde e qualidade de vida, momento em que advertiu que as demandas da população não poderiam ser ignoradas e que a atuação dos parlamentares deveria ser pautada pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, após o que ressaltou que, em breve, os senadores e deputados voltariam à cidade em busca de apoio eleitoral, a propósito do que questionou o que esses representantes haveriam feito de concreto pela população de Imperatriz. Por fim, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa reiterou sua cobrança quanto à atuação dos parlamentares estaduais e federais, assinalando que era necessário um posicionamento firme da Câmara Municipal para garantir que as promessas destes se convertessem em ações efetivas, momento em que observou que os vereadores tinham o dever de exigir transparência e resultados dos referidos deputados, a fim de oferecer uma resposta à altura das expectativas do povo de Imperatriz. Ao fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima lembrou que o tema da Indicação em Pauta dizia respeito à instalação de casa de apoio municipal na Capital, o que considerou de suma importância para os munícipes que chegavam à Capital em situação de fragilidade. A esse respeito, o edil Alcemir da Conceição Costa acrescentou à discussão a importância da ampliação dos serviços de tratamento do câncer em Imperatriz, enfatizando que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

alguns desses serviços já estavam disponíveis no município, embora não em sua totalidade, a propósito do que lembrou que, frequentemente, os vereadores eram questionados pela população sobre a oferta de quimioterapia e radioterapia na cidade, tratamentos que, custeados pelo governo do Estado, eram realizados no Hospital São Rafael e em outras clínicas particulares que possuíam habilitação junto ao Ministério da Saúde para esse fim. A seguir, o vereador Alcemir da Conceição Costa reafirmou que o debate sobre a descentralização dos serviços de saúde era essencial para reduzir a demanda pelo Tratamento Fora de Domicílio - TFD, visto que cada novo serviço de saúde implementado em Imperatriz, com financiamento da União e manutenção pelo Estado, contribuiria para minimizar a necessidade de deslocamentos de pacientes a outras localidades, momento em que ressaltou a importância de um olhar especial do governo estadual para a região do Maranhão do Sul, de modo que houvesse maior descentralização dos serviços, tem em vista a garantia de que mais especialidades fossem ofertadas na própria cidade. Por fim, o edil Alcemir da Conceição Costa concordou com a argumentação dos colegas Rubem Lopes Lima e Wanderson Manchinha Silva Carvalho quanto à responsabilidade do município para com o TFD, frisou que o pagamento da ajuda de custo aos pacientes que necessitavam desse serviço deveria de fato ocorrer de maneira antecipada, evitando transtornos para os usuários, garantindo maior dignidade e segurança aos pacientes que dependiam do TFD. Ao voltar a fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima retrucou que a proposição se referia à criação de um espaço de acolhimento para os pacientes que necessitavam do programa Tratamento Fora de Domicílio em São Luís - MA, a propósito do que ressaltou que, apesar da relevância da ampliação dos serviços de saúde em Imperatriz, a proposta em discussão referia-se especificamente à necessidade de um local adequado para hospedar os pacientes encaminhados para tratamento na Capital, momento em que raciocinou que, independentemente das medidas de descentralização que poderiam ser implementadas pelo Estado, sempre haveria demanda pelo TFD em São Luís, tornando essencial a existência de uma Casa de Apoio. Por fim, reafirmou que a discussão havia se desviado do tema central e reiterou seu apoio à Indicação, defendendo a necessidade de garantir assistência digna aos pacientes e seus acompanhantes enquanto realizavam tratamentos médicos fora de Imperatriz. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 70/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Mesaac Cirqueira Santiago, que reclamou da situação de precariedade em que se encontrava a Rua Raimundo de Moraes, no Bairro Santa Rita, onde se fazia urgente a necessidade da execução de obra de pavimentação asfáltica, com vistas à melhoria da acessibilidade. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Jorgiana Pinheiro Sousa, Rubem Lopes Lima e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 17/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que apontou a ausência de políticas públicas no Bairro da Caema, onde a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

queda da ponte localizada no cruzamento da Rua Tupinambá com a Rua da Paz, que unia o Bairro Bacuri e muitos outros bairros, prejudicava o direito de ir e vir da comunidade local, especialmente o acesso à Quadra Poliesportiva Raimundo de Moraes, de modo que se fazia urgente a necessidade da construção de uma ponte de concreto no local. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Jhony dos Santos Silva, Adriano Lima Brito, Whelberson Lima Brandão, Rosângela Aparecida Barros Curado, Francisco Messias da Silva e Adhemar Alves de Freitas Júnior, que lembrou que já havia transcorrido mais de cinco anos desde que caíra a ponte objeto da proposição, de modo que se fazia necessária sua reconstrução com vistas a interligar toda a região em que se localizava. Nessa ocasião, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado destacou a importância da construção da ponte de concreto objeto da proposição, obra que representava um benefício estruturante para a comunidade local, a respeito do que observou que a viabilização desse tipo de projeto exigia, além da busca por parcerias com senadores e deputados, a existência de um projeto executivo bem definido, de modo que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - Sinfra deveria adiantar os estudos necessários, pois, caso um projeto já estivesse em andamento, facilitaria a captação de emendas parlamentares para a sua execução, momento em que frisou que a construção de ponte demandava investimento significativo, a propósito do que reforçou a importância de um trabalho coletivo entre os vereadores para beneficiar a população de Imperatriz, visto que representavam a cidade como um todo e a concretização de obras estruturantes deveria ser uma prioridade compartilhada por toda a Câmara Municipal. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 46/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Logo depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, que contou que, em janeiro, já havia oficiado ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, assim como contactado o prefeito Rildo de Oliveira Amaral, quanto à necessidade da recuperação e pavimentação asfáltica da Av. Tropical Norte, no Bairro Jardim Tropical. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Alcemir Conceição Costa, Mesaac Cirqueira Santiago, Aurélio Gomes da Silva, Whalassy de Oliveira Barros, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Jhony dos Santos Silva, Amauri Alberto Pereira de Sousa e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Neste ínterim, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho registrou a presença, na Galeria, da suplente de vereadora “Duda Cirqueira” [Maria Eduarda Silva Cirqueira] Nessa oportunidade, o edil Jhony dos Santos Silva declarou haver observado que a maioria das indicações apresentadas se referia a questões de infraestrutura, estimando que cerca de 90% delas tratavam desse tema, a propósito do que lamentou o estado de deterioração em que se encontrava o município, ressaltando que o Poder Executivo não conseguiria, sozinho, atender a todas as demandas da população, oportunidade em que enfatizou a necessidade de união entre os poderes para que Imperatriz pudesse alcançar melhorias significativas. Nessa perspectiva, aconselhou, então, os parlamentares a encaminharem suas indicações também aos deputados



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

federais, estaduais e senadores com os quais mantinham interlocução política, com o objetivo de viabilizar a destinação de emendas parlamentares para o município, momento em que comentou que a região contava com diversos representantes no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, a exemplo do senador Werverton Rocha Marques de Sousa, amigo do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que mantinha proximidade com o referido parlamentar, após o que acrescentou que formularia indicação a esse senador, com o intuito de buscar recursos para atender às necessidades locais. Em seguida, o vereador Jhony dos Santos Silva frisou que o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, mantinha proximidade com o deputado federal Pedro Lucas Andrade Fernandes Ribeiro, momento em que acrescentou que o deputado estadual Antônio Pereira Filho também poderia ser acionado para contribuir com a captação de recursos, após o que reiterou a recomendação de que, ao elaborarem suas indicações ao Poder Executivo, os vereadores passassem a incluir também solicitações aos deputados e senadores aliados, ampliando, assim, as possibilidades de obtenção de investimentos. Por fim, reforçou a importância da atuação conjunta dos parlamentares em prol de melhorias urbanas no município. Instantes depois, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa disse imaginar a possível desmotivação da população ao acompanhar as discussões da Câmara Municipal, a propósito do que apontou a necessidade de se manter a fé e a crença na união dos poderes, após o que assinalou que tanto ao Poder Legislativo quanto aos governos estadual e federal competia papel fundamental na busca por soluções, em que podiam contar com a Assembleia Legislativa e os representantes no Congresso Nacional. A seguir, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa enfatizou que era preciso ir além do discurso e partir para ações concretas, pois essa era a expectativa de todos os parlamentares e da sociedade, após o que comentou que os novos vereadores estavam começando a compreender a dinâmica política e que as lideranças comunitárias já expressavam insatisfação, mencionando que, em breve, poderiam surgir questionamentos sobre a renovação dos mandatos legislativos, de forma que era essencial agir de maneira efetiva, mobilizando esforços junto aos representantes estaduais e federais para que destinassem recursos ao município. A seguir, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa enfatizou a relevância das emendas impositivas, ainda que modestas, destacando que seu impacto dependeria da correta destinação, a propósito do que citou exemplo do senador Werverton Rocha [Marques de Sousa], que já havia alocado mais de oito milhões de reais para custeio do Hospital de Amor, instituição que vinha salvando inúmeras vidas na região. Por fim, o edil Amauri Alberto Pereira de Sousa reiterou que os investimentos em infraestrutura e saúde eram as principais necessidades do momento, após o que advertiu que apenas por meio de ações concretas os parlamentares conquistariam o respeito da sociedade. Ao se pronunciar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, recordou a execução de obras na Av. Tropical Norte, aproximadamente cinco ou seis anos atrás, quando o Governo do Estado realizara pavimentação asfáltica na região do Jardim Tropical, momento em que lembrou que, antes dessas obras, o bairro se encontrava em estado de abandono, sem qualquer infraestrutura viária, quando as referidas obras haviam representado um sinal de esperança para os moradores do bairro. Nesta oportunidade, o presidente,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Adhemar Alves de Freitas Júnior, ressaltou que a área enfrentava graves problemas de drenagem, o que demandava novos investimentos, não apenas para no Jardim Tropical, mas também nas regiões adjacentes, a propósito do que frisou que, embora o Jardim Tropical fosse um bairro antigo, a recente expansão imobiliária exigia soluções estruturais mais eficazes, momento em que apontou a necessidade de se discutir com urgência um projeto abrangente de micro e macro drenagem para toda a cidade de Imperatriz, a fim de evitar a repetição de erros passados. A esse respeito, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, advertiu que a pavimentação anteriormente realizada na Av. Tropical Norte tivera durabilidade inferior a um ano, o que demonstrava a necessidade de se planejar obras com maior qualidade e resistência, em relação ao que frisou que não se podia desperdiçar recursos públicos com intervenções precárias e destacou a importância de se considerar a infraestrutura do entorno antes de qualquer nova execução. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, propôs a união de esforços tendo em vista a garantia de melhorias efetivas para a cidade e concluiu que era imprescindível debater, com seriedade, a durabilidade das obras públicas e as razões pelas quais algumas intervenções apresentavam problemas recorrentes. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 82/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, que lembrou que os Restaurantes Populares se inseriam no âmbito de política pública iniciada no governo de Flávio Dino [de Castro e Costa], momento em que explicou que a implantação do restaurante atenderia não apenas à Vila Nova, mas também a bairros adjacentes, como as Vilas Fiquene e Ayrton Sena, o Recanto Universitário e o Parque das Mangueiras, regiões habitadas por famílias em situação de vulnerabilidade social, a propósito do que destacou que a medida proposta beneficiaria a população carente, garantindo acesso a alimentação a preço acessível. A esse respeito, o edil Aurélio Gomes da Silva informou que já havia dialogado com o governador Carlos Orleans Brandão Junior e com o secretário estadual de Educação, Felipe Costa Camarão sobre a viabilidade do projeto e que, durante reunião ocorrida naquela manhã, recebera sinal verde para avançar com a proposta. Por fim, o vereador Aurélio Gomes da Silva concluiu solicitando o apoio dos demais vereadores, reafirmando a importância da articulação conjunta com o governo estadual para concretizar a iniciativa. Ao fazerem uso da palavra, dispôs-se a subscrever a matéria a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, que declarou compreender a importância da proposta, considerando a vulnerabilidade social de parte significativa da população, especialmente no que se referia à alimentação, no tocante ao que ressaltou que o Restaurante Popular apresentava um modelo diferenciado, garantindo refeições balanceadas a custo reduzido. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 25/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Logo depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, que enfatizou a necessidade do recapeamento asfáltico da Av. do Parque, no Residencial Verona, em virtude da dificuldade de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

trafegabilidade nessa via pública. Ao fazer uso da palavra, dispôs-se a subscrever a matéria o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior, que assinalou que o Residencial Verona se localizava em região em expansão que já se ligava ao Bairro Bom Jesus. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 103/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveram os vereadores: Whalassy de Oliveira Barros, Alcemir Conceição Costa e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Whalassy de Oliveira Barros solicitou à Mesa Diretora a formulação de convite ao diretor regional da Companhia de Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão, José dos Santos Pinheiro Júnior, a prestar esclarecimentos sobre a frequente suspensão no abastecimento de água, a propósito do que argumentou que havia recebido constantes reclamações sobre falhas no fornecimento de água, as quais comprometiam o cotidiano da população. Nesta ocasião, o edil Whalassy de Oliveira Barros relatou que, nos últimos meses, haviam ocorrido diversos episódios de interrupção no fornecimento de água, o que evidenciava a fragilidade do sistema, momento em que citou como exemplo a paralisação da Estação de Tratamento de Água - ETA em 16 de janeiro, devido a uma falha elétrica, e, em 6 de fevereiro, em virtude de a pane eletromecânica que reduziu temporariamente a captação de água do rio Tocantins. A esse respeito, o vereador Whalassy de Oliveira Barros observou que a Caema não informava à sociedade com antecedência sobre as interrupções, o que deixava a população à mercê de imprevistos, após o que afirmou que era essencial que a empresa esclarecesse se possuía um plano de manutenção e quais medidas pretendia adotar para evitar novas ocorrências. Por fim, o edil Whalassy de Oliveira Barros destacou que, apesar de a Câmara Municipal não poder convocar formalmente o diretor regional da Caema, por se tratar de um órgão estadual, a presença do gestor dessa autarquia na tribuna da Câmara seria fundamental para prestar esclarecimentos à população, de forma que solicitava à Mesa Diretora a expedição do convite sugerido ao diretor regional da Caema, que precisava cumprir sua principal função, garantindo o fornecimento regular de água à cidade. Ao solicitar aparte, o vereador Aurélio Gomes da Silva parabenizou o colega Whalassy de Oliveira Barros pelo discurso, momento em que reconheceu a ocorrência de falhas significativas no abastecimento de água na cidade, a propósito do que comentou que na Grande Vila Nova semanalmente era escolhido um dia para a interrupção do fornecimento, situação se estendia a toda a região, onde a falta de água era frequente, o que vinha gerando reiteradas cobranças por parte dos moradores. A seguir, o edil Aurélio Gomes da Silva declarou-se favorável à formulação do convite ao diretor regional da Companhia de Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão, José dos Santos Pinheiro Júnior, momento em que observou que a proposição deveria ser formalizada à Mesa Diretora, a fim de que esta expedisse formalmente o convite ao referido gestor, com vistas a ouvi-lo em plenário. Por fim, o vereador Aurélio Gomes da Silva assinalou que já houvera tempo suficiente para o desenvolvimento de um planejamento eficiente; no entanto, até aquele momento, tal iniciativa não fora percebida de forma concreta, já que a falta d'água era uma realidade evidente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

em Imperatriz. Concedido-lhe aparte, o vereador João Ferreira da Gama Júnior comentou que, a propósito do convite ao diretor regional da Companhia de Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão, José dos Santos Pinheiro Júnior, aproveitava para cobrar providências quanto à falta de água no poço do Bairro Habitar Brasil, onde a população deparava a ausência do serviço havia quase seis dias, situação que comprometia atividades essenciais, como o consumo e a higiene pessoal. Ao ensejo, o edil João Ferreira da Gama Júnior enfatizou a urgência da resolução do problema, uma vez que os moradores se encontravam em situação crítica devido à interrupção do abastecimento, de modo que se fazia necessária intervenção imediata, a fim de restabelecer o fornecimento de água à comunidade afetada. Facultado-lhe aparte o vereador Alcemir da Conceição Costa manifestou agradecimento pela oportunidade de exercer o mandato parlamentar, momento em que lembrou que já havia comparecido à Câmara em outras ocasiões, tanto como secretário municipal de Regularização Fundiária quanto como secretário de Saúde, cargos em que desenvolvera bom trabalho. A esse respeito, destacou conquistas como a entrega de títulos definitivos a moradores, a realização de cirurgias eletivas infantis, a reforma de unidades de saúde e a ampliação de leitos de UTI [Unidade de Terapia Intensiva], dentre outras ações, momento em que ressaltou que sempre buscara prestar serviço de qualidade à população e que, quando percebeu que não tinha mais condições de fazê-lo, optou por devolver a pasta de secretário, atitude que, segundo ele, poucos gestores tiveram a coragem de tomar. Nesta oportunidade, o edil Alcemir da Conceição Costa expressou gratidão a Deus e aos eleitores que confiaram nele, frisando que se empenharia para corresponder às expectativas da população, após o que comentou que a renovação de quase 60% da composição da Câmara refletia a insatisfação da sociedade com a atuação parlamentar anterior, razão pela qual os vereadores deveriam trabalhar em unidade, priorizando os interesses coletivos. Ao ensejo, argumentou que a atuação dos vereadores deveria ir além da legislação e fiscalização, sendo necessário um papel ativo na busca de soluções para os problemas municipais, momento em que sugeriu a criação de comissões para tratar de demandas urgentes, como a questão do saneamento básico, e propôs reuniões com representantes do governo estadual, especialmente o secretário de Infraestrutura, responsável pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema. Em seguida, o vereador Alcemir da Conceição Costa enfatizou que o saneamento básico era um dos maiores desafios de Imperatriz e destacou que investimentos em saneamento básico resultariam em economia para a saúde pública, visto que a melhoria das condições sanitárias reduz a incidência de doenças, após o que mencionou que a Caema não apenas distribuía água de forma deficiente como não tratava corretamente os resíduos despejados nos cursos d'água, em relação ao que alertou para os danos ambientais provocados nos riachos Capivara, Bacuri e Cacaú, além do impacto contínuo sobre o rio Tocantins. Por fim, o edil Alcemir da Conceição Costa convocou os parlamentares a unirem esforços na reivindicação de melhorias, argumentando que somente por meio de ações conjuntas seria possível transformar a realidade do município, a respeito do que reforçou a necessidade de compromissos concretos para que, no futuro, os vereadores pudessem se apresentar à população com a consciência tranquila de terem trabalhado pelo bem



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

comum, após o que encerrou reiterando o compromisso da dedicação ao mandato e a intenção de atuar sempre em prol da cidade. Ao se manifestar no Grande Expediente, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, iniciou sua fala convidando a todos os presentes e à população de Imperatriz a participarem do 1º Treino da Corrida a ser realizada em novembro em parceria com o grupo “Bora Correr”, evento que teria a duração de três horas e contaria com a participação de diversas instituições, após o que argumentou que a iniciativa visava tanto à promoção da saúde quanto ao fortalecimento das relações entre as autoridades políticas e a sociedade, possibilitando a escuta de demandas da população de forma mais próxima, momento em que reforçou o convite a cada vereador, incentivando-os a trazer cidadãos que, por dificuldades de locomoção ou outros fatores, tivessem menor acesso às atividades da Câmara Municipal. Em seguida, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior ressaltou que boa parte das pautas discutidas na Câmara tratava de questões relacionadas com a infraestrutura e que, ao percorrer a cidade, tornava-se evidente a precariedade enfrentada pelos diversos bairros, após o que avaliou que a infraestrutura deficiente e os desafios na área da saúde constituíam os principais gargalos do município, a propósito do que comentou que, diante da limitação dos recursos próprios, era fundamental contar com o apoio dos Governos Federal e do Estado, destacando que a administração estadual já vinha contribuindo significativamente com Imperatriz. Logo depois, mencionou que as emendas parlamentares vinham permitindo a realização de obras na cidade, incluindo pavimentação, operações tapa-buraco e serviços de aprofundamento da calha dos riachos, ações que há tempos não eram executadas em tal magnitude, momento em que enfatizou que, por meio de parcerias, era possível alcançar resultados mais expressivos. Nesta oportunidade, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior destacou a importância da atuação social das grandes empresas e indústrias instaladas na cidade, a propósito do que afirmou que havia chegado o momento de avaliar a contribuição dessas instituições para Imperatriz e conhecer as ações sociais que porventura desenvolvessem, a propósito do que citou o exemplo de parceria firmada entre a Facimp [Faculdade de Imperatriz] e a Secretaria Municipal de Saúde, que resultou na instalação de um posto de saúde dentro das dependências dessa instituição de ensino, iniciativa que considerou um grande auxílio ao município e ressaltou que parcerias semelhantes deveriam ser incentivadas, momento em que salientou que muitas outras instituições e profissionais liberais vinham contribuindo com a cidade, não apenas em benefício de agentes políticos, mas em prol do município como um todo. O edil Adhemar Alves de Freitas Júnior prosseguiu assinalando que a economia de Imperatriz havia passado por transformações significativas, a respeito do que lembrou que, anteriormente, a arrecadação municipal era predominantemente oriunda do comércio e da prestação de serviços, mas atualmente a cidade havia se consolidado como um polo industrial, a propósito do que destacou a presença da Suzano Papel e Celulose S. A. como a maior indústria instalada em Imperatriz e defendeu a necessidade de estabelecer um diálogo mais próximo com essa companhia, a propósito do que opinou que era preciso visitá-la, ouvi-la e lhe requerer maior contribuição social.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Nessa perspectiva, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior declarou que Imperatriz necessitava do apoio da Suzano e que cabia à Câmara Municipal buscar oficialmente essa parceria, conhecendo as ações que já estavam sendo realizadas e propondo novas iniciativas, ocasião em que frisou que a infraestrutura da cidade oferecia suporte à instalação de grandes indústrias e que Imperatriz havia sido escolhida estrategicamente pela Suzano, devido às condições favoráveis que possuía. Nesse sentido, assinalou que cada setor deveria contribuir de forma significativa para o município, momento em que argumentou que até mesmo pequenas atitudes, como a colaboração dos cidadãos na manutenção da limpeza urbana, faziam diferença, após o que citou como exemplo a atuação de faculdades que, por meio de parcerias, haviam passado a ofertar serviços à população, incluindo atendimento em postos de saúde e especialidades médicas. A seguir, reafirmou a necessidade de estabelecer diálogo com a Suzano Papel e Celulose S. A., convidando a empresa a comparecer à Câmara para tratar do tema, antes mesmo de formalizar uma solicitação oficial. Instantes depois, informou que, naquela tarde, às 16 horas, a empresa responsável pelo estacionamento rotativo zona azul estaria presente na Câmara para apresentar suas considerações sobre o projeto de lei referente à regulamentação desse sistema de estacionamento na cidade, apresentação que constituiria espaço para o debate e a participação popular, permitindo que os parlamentares pudessem tomar uma decisão mais segura no momento da votação. Por fim, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior reiterou que havia sido encaminhada ao grupo dos vereadores a convocação para o 1º Treino da Corrida a ser realizada em novembro em parceria com o grupo “Bora Correr”, que ocorreria às 19 horas, com a participação da cidade de Imperatriz e desafiou o vereador João Ferreira da Gama Júnior à competição, declarando, em tom descontraído, que venceria a disputa. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 11 de fevereiro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ